

III Encontro - Manágua (Nicarágua) – 1992

DECLARAÇÃO FINAL

Declaração de Manágua

De 16 a 19 de julho de 1992, teve lugar, em Manágua, Nicarágua, o III Encontro dos Movimentos e Partidos Políticos do Foro de São Paulo. A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi anfitrião do Encontro em que participaram 61 organizações e partidos políticos provenientes de 17 países da América Latina e Caribe, com um total de 122 delegados, 43 organizações e partidos que participaram em qualidade de observadores, dos quais 2 são da África, 9 da Ásia, 21 da Europa e 11 dos Estados Unidos e Canadá, com um total de 60 observadores que, somados aos 122 delegados, fazem um grande total de 182 assistentes ao evento.

I. IMPORTÂNCIA E FUTURO DO FORO DE SÃO PAULO

Como revela este III Encontro e o evidente reconhecimento internacional, o Foro de São Paulo demonstrou servir de instância de encontro e intercâmbio entre as diferentes forças democráticas de identidades nacionalista, populares e socialistas.

A 500 anos da invasão, conquista e colonização da América Latina, aspiramos não só compilar cinco séculos de resistência indígena, negra e popular, reafirmando o direito de nossos povos à liberdade, soberania, a justiça social e desenvolvimento, mas também queremos, desde a organização autônoma das maiorias trabalhadoras e nacionais, desde o aval de nossa identidade histórica e cultural e desde a ação combativa e criadora, forjar nosso ingresso ao Terceiro Milênio.

Queremos, desde esta perspectiva, saudar, em particular, a presença dos observadores de outros continentes que consideram o Foro como uma expressão viva da determinação dos povos do Sul de fazer frente a um sistema global de opressão que se pretende perpetuar sobre as grandes maiorias do mundo.

O Foro evidencia a disposição de continuar a luta pela definitiva liberação econômica e política da América Latina e Caribe, hoje ameaçados por novos mecanismos de dominação e opressão imperialista. Reafirma a vigência da luta pela liberação nacional, a justiça social e a democracia em toda sua extensão e componentes que abarca, não só o político, mas também o econômico, social e cultural. Representa o rechaço da grande maioria dos latino-americanos à pretensão de identificar democracia com capitalismo, modernização com submissão e renúncia ao desenvolvimento autônomo com justiça social.

De particular importância é o compromisso, assumido pelos participantes nos Seminários de

Lima e de Manágua, de institucionalizar e coordenar seus trabalhos, provendo ao Foro e a todos os movimentos progressistas o resultado de suas análises e recomendações.

II. OFENSIVA MULTIFACÉTICA DO NORTE CONTRA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Na América Latina e Caribe, tem lugar uma ofensiva multifacética de parte do Norte para redobrar sua dominação, modificando e aprofundando as estruturas básicas do capitalismo dependente, impondo políticas neoliberais com a conseqüente deterioração das condições de vida do povo, reduções de seus direitos básicos, desnacionalização e abertura indiscriminada dos países ao capital e à produção mundial.

Jogam um papel chave nesta investida contra os interesses populares os organismos financeiros multinacionais controlados pelos Estados Unidos e as grandes potências imperialistas, como o FMI, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento; a instrumentalização da injusta e impagável dívida externa e a conformação de blocos econômicos e geopolíticos sob controle das grandes potências que pretendem submeter os países do Sul. Desta maneira, em muitíssimos casos, a política econômica de nossos países é determinada fora de suas fronteiras e sem participação alguma de nossos povos.

Cresce uma situação de dependência na qual as sociedades do Sul não podem se reproduzir sem passar pelas decisões do Norte. Os países que viveram da venda de produtos primários enfrentam um fenômeno de "quarta mundialização" que consiste em sua crescente exclusão do processo global de produção e intercâmbio.

É importante ressaltar que estas intenções de realizar uma nova repartição do mundo entre os monopólios das principais potências, desenvolve-se em meio ao aumento dos conflitos interimperialistas e da crise mundial, que os povos oprimidos e explorados do mundo devem aproveitar.

Não obstante, os fatores externos que, em grande medida, causam a situação extremamente grave que vivem os povos da América Latina e Caribe, não se pode minimizar, é necessário sublinhar a alta responsabilidade dos elementos internos sobre esta situação. Setores da oligarquia e do grande capital transnacionalizado se empenham em manter os vínculos dependentes do Sul com o Norte, atuando como cúmplices e beneficiários da imposição de "democracias controladas", para resguardar seus interesses comuns e a hegemonização do poder em nível local e internacional.

Este modelo promove por sua vez a transformação profunda dos Estados em um sentido anti-democrático, concentrando o poder em instituições não elegíveis nem sujeitas ao controle social como os organismos de condução econômica, as Forças Armadas repressivas, excluindo e marginalizando as grandes majorias nacionais das principais decisões econômicas e políticas. Nesse marco operam as distintas formas de adequação da Teoria e Prática da Segurança Nacional, como elementos permanentes de autoritarismo que levam às Forças Armadas a assumir um papel repressivo, direto ou latente, em relação aos movimentos populares.

A ofensiva neoliberal se desenvolve também no plano cultural e ideológico, apontando a

desagregação de valores solidários arraigados em nossa sociedade, impondo um modelo individualista e competitivo que enfrenta uns a outros para sobreviver. Reduz-se, assim, cada vez mais, a participação social e política de nosso povo.

Os programas de ajuste estrutural político e econômico, definidos e impostos pela pressão de organismos financeiros multilaterais, longe de assegurar um desenvolvimento social, somente procuram criar melhores condições para a inserção dependente e funcional aos interesses imperialistas das economias e Estados do Sul ao sistema hegemônico capitalista. Essas reformas e essa inserção levam à marginalização das maiorias populares, camadas médias e forças da cultura, a ampliação do desemprego e a reversão de conquistas sociais e uma maior concentração da riqueza, especialmente pelos monopólios e oligopólios.

Por sua vez, diversos fóruns e organizações mundiais e regionais são cada vez mais hegemonzados pelos Estados Unidos e as outras potências capitalistas, para consolidar uma ordem mundial e regional, na medida de seus interesses, pretendendo legitimar o papel de gendarme internacional para os EUA, principalmente por meio do Conselho de Segurança da ONU. Tudo isto se faz aproveitando as mudanças nos países da Europa do Leste e a perda do contrapeso geopolítico, assim como o debilitamento das instâncias articuladoras dos países do Sul.

Em Manágua, o Foro se aproximou da definição de pautas sobre as alternativas em matéria de política econômica, que possam servir de pontos de referências e de apoio às forças políticas que em cada nação definem posições específicas. Para isto, o Foro contou com o rico aporte dos Seminários-Oficinas sobre Alternativas de Desenvolvimento e Integração na América Latina e Caribe, levados a cabo em Lima, Peru, de 26 a 29 de fevereiro de 1992, e em Manágua, de 13 a 15 de julho de 1992, em cumprimento à resolução do II Encontro em México.

Os participantes no Foro consideraram que os Seminários-Oficinas podem continuar cumprindo com seu objetivo de analisar as experiências de desenvolvimento e integração econômica latino-americana, ampliando a participação de novos enfoques alternativos desde a esquerda, abrindo o caminho para enriquecer a análise e a definição de propostas populares concretas regionais, assim como as que em nível nacional levem adiante os membros do Foro.

III. ELEMENTOS PARA A DEFESA DOS INTERESSES POPULARES

A busca de alternativas populares e revolucionárias tem que conjugar a capacidade para promover a resistência à política neoliberal, com a criação de espaços de poder popular que afirme as tendências à recomposição da capacidade de luta do povo e a gestação de uma cultura contraposta à cultura de dominação.

Para a América Latina e todas as forças democráticas do mundo há os seguintes elementos destacados no debate sobre a base dos insumos preparados pelos Seminários-Oficinas:

1. O projeto neoliberal proposto para América Latina e Caribe não admite emenda, pois seu mal está na natureza da injusta ordem econômica mundial que busca consolidar o modelo de sociedade que pretende impor. Só a unidade ampla, em toda sua diversidade, de todas as

esquerdas e as forças progressistas poderá lograr uma mudança de meta mais de acordo com as exigências da justiça e da paz.

2. O conteúdo econômico de uma integração alternativa deve partir do interior das sociedades, da luta destinada a superar as estruturas e modelos dominantes e a eliminar controles monopolistas e oligopólicos e, da construção de um desenvolvimento econômico autônomo orientado, em primeiro lugar, a satisfazer as necessidades básicas das maiorias, substituindo a atual aliança dos setores transnacionalizados da burguesia com o capital internacional, por uma aliança entre todas as forças interessadas na promoção de projetos nacionais para a construção da justiça social, a democracia e a liberação nacional.

3. Hoje em dia se pode afirmar que todo processo de desenvolvimento econômico genuíno passa por uma mudança de sujeitos sociais no poder, por uma justa distribuição da propriedade e da riqueza, pela criação de poderes de maiorias e pelo fortalecimento da sociedade civil. Os espaços de participação até essas metas devem ser abertos, tanto desde a organização autônoma do povo como desde as instâncias estatais, ampliando a influência das grandes maiorias populares. As políticas sociais não podem estar separadas das políticas econômicas, porque as políticas econômicas devem desenhar-se para atender os problemas sociais. É necessário modificar o caráter da estrutura produtiva tradicional ou lutar pela vigência das mudanças nos países que conseguiram isso, combatendo as políticas, tanto as ortodoxas como as heterodoxas, de ajuste estrutural e favorecendo o desenvolvimento das forças produtivas.

4. É necessária um ativo trabalho político dirigido à organização autônoma da população em suas diferentes estruturas e modalidades, partindo da base a suas expressões nacionais. Deve-se enfrentar a estratégia neoliberal de debilitar a ação e o peso político do movimento popular.

5. Necessitamos de programas que contemplem de maneira específica os mecanismos para garantir a integração plena e igualitária da mulher na sociedade, que reconheça a maternidade como função social e o trabalho doméstico como gerador de riqueza. Programas com metas para a inclusão das mulheres na produção e apropriação da riqueza material, cultural, política, tecnológica, intelectual da sociedade e eliminação de relações sociais opressivas.

6. Uma alternativa genuinamente popular deve contemplar um programa democratizador que altere e recoloque instituições elegíveis e não elegíveis, antidemocráticas e que, sobre novas bases constitucionais, possibilite criar e desenvolver uma democracia integral: política, econômica e social.

7. Uma alternativa popular tem que se preparar para assumir responsabilidades econômicas monopolizadas por setores empresariais nacionais e estrangeiros, que impedem o desenvolvimento mais profundo de iniciativas favoráveis às maiorias. Em um novo marco estrutural e institucional, pessoas e organizações populares têm que assumir papéis de direção e gestão econômicas, que facilitem as transformações requeridas. É essencial para isto a informação, a transparência, o debate público e o desenvolvimento de formas de participação popular desde o nível local ao nacional. Estas formas de participação terão

viabilidade somente dentro de um projeto de transformação global em direção a uma nova sociedade.

8. A participação popular no desenho, direção, gestão e fiscalização das decisões estratégicas, depende da existência de um projeto claro de desenvolvimento nacional ao qual se dirigem os esforços das partes.

A soma de tarefas micro-econômicas, por muito autônomas e populares que sejam, não constituem por si sós uma alternativa nacional.

9. O Estado deve constituir um cenário de participação e de poder de decisão nacional, tanto que está obrigado a jogar um papel central regulador e promotor da equidade social, sem abandonar a direção da economia à chamada suprema vontade do mercado, que não é mais que a vontade do grande capital nacional e estrangeiro e dos organismos financeiros multilaterais.

Deve-se relembrar a luta de nossos povos e nações originárias, rompendo com o submetimento ancestral, a fim de criar as condições que permitam a construção de sociedades e Estados plurinacionais. Trata-se de um fator central para o desenvolvimento popular, o que significa que não se pode permitir que os conteúdos da educação e dos meios de comunicação sejam impostos desde o exterior, nem reflitam, exclusivamente, interesses minoritários locais.

Os movimentos populares e as forças democráticas devem se fortalecer e modernizar seus próprios meios de comunicação, assim como lutar pela democratização dos meios de comunicação social.

Na América Latina e Caribe, a autonomia dos povos indígenas e dos grupos étnicos, social e culturalmente estruturados, exige bases econômicas próprias e formas de representação políticas idôneas, como parte indispensável de todo projeto de participação democrática. A luta pela democracia em nosso continente também deve expressar o anúncio do fim do colonialismo na América Latina e Caribe e o respaldo ao direito destes povos a sua auto-determinação e plena independência.

Os direitos dos imigrantes latino-americanos e caribenhos nos Estados Unidos devem ser assumidos, em forma militante, por todos os nossos movimentos e partidos, procurando apoiar seus justos protestos e reivindicações articulados à rebeldia das minorias negras e as lutas de outros setores empobrecidos, reclamando com vigor o fim da discriminação, a exploração, a exclusão e a repressão que seguem acrescentando-se.

IV. A INTEGRAÇÃO DOS POVOS

A Iniciativa para as Américas e os Tratados de Livre Comércio constantes dela pretendem fazer permanentes e imutáveis as concessões globais hoje exigidas pelo capital estrangeiro.

Representam um atentado contra a democracia na América Latina e Caribe, pois outorgam

ainda maior poder a empresas transnacionais para tomar decisões que têm muito que ver com que os povos possam ter educação, saúde e outros serviços indispensáveis para melhorar a qualidade de vida.

Estas políticas, sustentadas por setores dominantes em cada país, geram graves processos de desestruturação econômica e desintegração de nossas sociedades bloqueando as possibilidades de um desenvolve efetivo.

O esquema político e econômico promovido pelos Estados Unidos supõe uma integração subordinada, que atualiza e sublinha a necessidade de impulsionar um processo de integração entre os países da América Latina e Caribe que corresponda a sua visão, necessidades e interesses específicos. Este processo deve estar baseado na solidariedade entre os povos: uma integração "de baixo", que favoreça a conformação de redes de intercâmbio de coordenação e complementação de políticas produtivas, financeiras e sociais a partir dos quais um processo de desenvolvimento e integração regional possa se desenrolar.

Estamos convencidos que a luta pela integração dos povos constitui um objetivo político, consistente em desenvolver um esforço comum para construir relações políticas democráticas, abarcando organizações em nível local, nacional, sub-regional, regional e mundial com o intuito de construir uma nova ordem democrática em toda sua globalidade.

Esta integração alternativa deve incluir um componente cultural capaz de responder às reivindicações próprias de diversos grupos da sociedade: trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, camponeses, mulheres, povos indígenas, etnias, religiosos, pequenos e médios empresários e todas as forças econômicas que ponham o interesse nacional por cima dos interesses particulares.

Os partidos de esquerda deverão sempre manter as mais estreitas relações com estas organizações populares ou da sociedade civil, não para instrumentalizá-las mas sim para conhecer bem suas exigências e assumi-las em sua luta.

Deve ser um componente fundamental de um projeto popular uma educação que assegure o desenvolvimento econômico e social, aprofunde a democracia ao mesmo tempo que ofereça os instrumentos para opções conscientes, de real participação.

Um projeto alternativo de integração deve ir além do marco meramente comercial liberalizador, que tende a incrementar a vulnerabilidade de nossas economias e a dependência com o capital transnacional. Deve ter como objetivo de curto, médio e longo prazo, uma integração social, política e econômica e uma articulação dinâmica de culturas, para lograr um desenvolvimento econômico e social justo.

Os participantes no Foro reafirmamos que todo projeto alternativo ou programa de ação político, deve ter em conta o papel nocivo que joga a política intervencionista dos Estados Unidos. Essa ingerência historicamente teve por objetivo resguardar as estruturas do capitalismo dependente na região, agredindo todo projeto político que não priorize os interesses econômicos e geopolíticos dessa potência.

O êxito da integração dos povos pode ser seriamente comprometido pela manipulação da dívida externa. Os bancos credores e organismos financeiros querem fazer crer que, com os acordos feitos sobre a base do Plano Brady, estariam resolvidos os problemas criados pela dívida externa. Nada mais falso. O pagamento da dívida externa segue aprofundando a miséria e impossibilitando as inversões necessárias ao crescimento econômico, progresso técnico e justiça social. A integração exigirá buscar mecanismos próprios de negociação conjunta como resposta à unidade dos credores.

V. PREOCUPANTE "LEGITIMAÇÃO" DA POLÍTICA INTERVENCIONISTA

Alertamos ao mundo sobre a periculosidade que relevam as mais recentes manifestações da intervenção militar, amparadas e ocultas na luta contra o narcotráfico e o terrorismo. Sob esse pretexto, os Estados Unidos organizam campanhas militares na região andina ao mesmotempo que fortalece a capacidade repressiva das estruturas de segurança e de espionagem nos países de nossa região.

À política dos canhões tradicionalmente empregada pelos Estados Unidos contra nossos povos, agora se soma a legitimação da mesma a partir da sentença ilegal da Corte Suprema de Justiça dos Estados Unidos a qual, junto a uma série de gestões de extradição por pressões diversas, legitima o seqüestro de quem o próprio Governo de Washington considere que cometeu um delito. Unimos nossa voz às outras forças defensoras do direito, para denunciar este novo intento de impor a lei do mais forte nas relações internacionais, em flagrante violação das soberanias nacionais e do direito internacional. Demandamos a anulação dessa pretensão ilegítima pelos organismos mundiais e regionais jurídicos competentes, assim como a imediata repatriação dos seqüestrados.

A política agressiva e de crescente hostilidade do Governo dos Estados Unidos contra o povo e Governo de Cuba, incluindo os novos intentos de ampliar o bloqueio econômico contra esta nação soberana, constitui uma afronta à soberania latino-americana e caribenha e uma ofensa à dignidade de seus povos. Frente a isto, afirmamos nosso apoio ao direito do povo e Governo de Cuba de defender sua determinação de levar adiante a construção do socialismo em seu país. Comprometemo-nos com a mobilização dos povos de nossa região e o mundo para contribuir com a defesa desta irmã nação latino-americana, exigindo da parte de todos os governos não ceder às pressões imperiais que pretendem obstaculizar os laços de cooperação com Cuba, que só pode conseguir saldos positivos em termos materiais e morais.

VI. ALTERNATIVAS E EXIGÊNCIAS

Em defesa da soberania dos povos e o direito de auto-determinação e independência e dos direitos políticos, cívicos, econômicos, sociais e culturais dos homens, mulheres, crianças e povos inteiros da nossa América.

Chamamos à construção de uma nova ordem econômica e política internacional, distinta à que hoje se pretende impor sob o hegemonismo norte-americano e das potências capitalistas, que permita:

A democratização dos organismos multinacionais e em especial, as Nações Unidas, revisando

suas atuais normas orgânicas que permitem o abuso hegemônico do Conselho de Segurança, organismo criado para resguardar a paz, foro agora utilizado com o propósito de justificar recentes guerras ilegais dos Estados Unidos;

Resolver definitivamente o grave problema da dívida externa, que estrangula os países do Sul e os oprime, condenando-a e logrando um fluxo de recursos financeiros positivos para eles;

Modificar o atual regime de intercâmbio desigual entre os países desenvolvidos e os do Sul, que impõe a estes últimos uma permanente e crescente drenagem de recursos;

Uma total reorientação das políticas e funções do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, redefinindo seus mecanismos de tomada de decisões;

Políticas econômicas e modelos de desenvolvimento que garantam a preservação do meio ambiente, terminem com a devastação ecológica e vinculem a luta pelo meio ambiente com a luta contra a pobreza;

O reconhecimento da dívida ecológica que têm os países do mundo capitalista desenvolvido com os países do Sul;

A reorientação de gastos militares das grandes potências para o desenvolvimento do Sul, impulsionando o desarmamento mundial;

A democratização dos mecanismos de informação e comunicação mundial;

O respeito à soberania nacional e aos princípios de não intervenção e de solução política das diferenças entre nações;

O impulso à reforma jurídica internacional, de acordo com as metas propostas, no contexto da designação pelas Nações Unidas desta década como a Década do Direito Internacional e da Paz, para a elaboração de projetos de acordos e convenções que garantam que entremos no ano 2000 com um sistema jurídico internacional à altura das exigências da justiça e da paz;

O impulso a processos de integração dos povos e nações em níveis regionais e Sul-Sul, como instrumentos dos países do Sul para fortalecer sua inserção na economia mundial.

O Foro de São Paulo demanda:

1) O fim imediato do ilegal e imoral bloqueio contra Cuba e a assistência econômica internacional massiva para impedir que se sigam aprofundando as nefastas conseqüências de mais de trinta anos de bloqueio. Além disso, a restituição do território de Guantánamo a Cuba.

2) A restituição de Jean Bertrand Aristide à Presidência do Haiti e a plena aplicação de sanções contra esse país até que seu legítimo Presidente regresse com os poderes que e correspondam. Damos nosso apoio à proposta de Aristide de que as negociações ocorram no

Haiti e sem nenhum tipo ou ameaça de intervenção militar.

3) O reestabelecimento pleno dos direitos democráticos cerceados no Peru e a eleição democrática de um Congresso Constituinte soberano, prévio acordo de suas características e da legislação eleitoral entre as forças políticas e o regime "de facto". Condenamos o golpe militar que impôs no Peru um regime ditatorial e militarizado com a participação ativa de quem fora eleito, 2 anos atrás, Presidente Constitucional. Demandamos o fim da perseguição e repressão contra organizações políticas, sociais e populares.

4) O fiel e oportuno cumprimento por parte do Governo de El Salvador dos Acordos de Paz firmados com a Frente Farabundo Martí de Liberação Nacional. É de suma importância proceder ao imediato cumprimento dos acordos sobre o tema econômico-social, particularmente o referente à transferência das terras das zonas conflitivas a seus atuais colonos e trabalhadores, bem como superar o atraso no funcionamento do Foro para o ajuste econômico e social, pois se tratam de acordos chave para criar novas opções de desenvolvimento para os setores populares.

5) A agilização do processo negociador na Guatemala, tomando em conta que não haverá paz na América Central sem paz nesse país, e que a proposta da URNG denominada "Por uma paz justa e democrática: Conteúdo da Negociação" constitui uma proposta viável para alcançar uma solução política ao conflito armado.

6) O Foro demanda o fim imediato de toda ingerência e intromissão dos Estados Unidos nos assuntos internos da Nicarágua, assim como o fim das pressões e chantagens que pretendem condicionar o futuro político dessa nação e reverter as conquistas da Revolução Popular Sandinista. Neste sentido, denuncia o congelamento de fundos já aprovados, pretendendo ignorar ou esquecer que essas concessões representam miseráveis migalhas do que teriam que entregar, pois a Corte Internacional de Justiça de Haia ordenou aos Estados Unidos pagar à Nicarágua os danos ocasionados pela guerra.

7) O desconhecimento do governo ilegítimo imposto no Panamá pela invasão dos Estados Unidos, a retirada de todas as tropas estadunidenses desse país e o respeito pleno aos tratados Torrijos-Carter.

8) O respeito ao direito do povo irmão latino-americano de Porto Rico à livre determinação e à independência, assim como o fechamento das bases militares nessa nação.

9) A restituição à República Argentina das Ilhas Malvinas e demais enclaves coloniais ingleses no Atlântico Sul, ao mesmo tempo, o imediato desmantelamento das bases militares instaladas pelo Reino Unido da Grã-Bretanha, como o fim da exploração econômica dos recursos naturais do mar adjacente e de toda restrição aplicada na zona à República Argentina.

10) A total erradicação do colonialismo no Caribe e a eliminação das bases militares estrangeiras nessa região, para tornar real o direito à auto-determinação e independência dos países e territórios que ainda sofrem dominação colonial na América Latina e Caribe.

11) A continuidade do processo de negociação, para uma solução política e não militar, ao conflito interno colombiano e a retomada rápida do diálogo entre o Governo e a Coordenadoria Simón Bolívar.

12) O fechamento das bases militares dos EUA em Honduras.

O Foro constata que não houve avanços no panorama político e democrático na imensa maioria dos países da região, cuja situação foi adequadamente caracterizada no ano passado na Cidade do México. Em alguns países, subsistem regimes autoritários que, para aplicar as políticas neoliberais e facilitar a impunidade, o abuso e a corrupção dos governantes, negam-se a impulsionar a transição à democracia, a respeitar o voto cidadão e comprometer-se com a formação de autênticos sistemas de partidos políticos regidos pela competência em condições de igualdade e pela possibilidade real da alternância no governo.

Exige, portanto, o fim imediato e inequívoco dos mecanismos e fraudes eleitorales, da extensão de práticas penais e corruptas, a repressão aos sindicatos e organizações sociais independentes, do controle da imprensa e dos meios de comunicação para limitar o alcance das transformações sociais e manipular os anseios democratizadores da sociedade.

Creemos que existe hoje a possibilidade e a necessidade de construir novas pontes de entendimento e fórmulas de ação conjunta entre as forças democráticas do Sul e do Norte, ambas vítimas do mesmo sistema global neoliberal. A existência de opressão e desemprego crescente, as crises fiscais e a afetação dos serviços sociais, o surgimento de tendências racistas e direitistas, a ameaça ecológica, o fortalecimento do poder e autonomia das comunidades, o auto-governo, a igualdade de gênero e racial, são elementos comuns às plataformas políticas de organizações, movimentos e partidos democráticos tanto do Sul como do Norte.

Consideramos imprescindível impulsionar a criação de uma frente comum de negociação latino-americana frente às grandes potências e blocos. Demandamos aos Chefes de Estado e de Governo, em ocasião da Cúpula em Madri, a necessidade imperiosa de assumir este objetivo sobre uma base unitária sem qualquer ingerência externa.

Também é necessário retomar os esforços realizados na década passada, para analisar a crescente concentração dos meios de comunicação em mãos de cada vez menos empresas e o crescente predomínio norte-americano na difusão de notícias.

Próximo ao Quinto Centenário do chamado descobrimento de América e do conseqüente início da resistência indígena, negra e popular, os participantes no Foro convidam aos povos do Mundo a assumir as lutas de nossos povos originários, a partir de uma reflexão sobre este acontecimento histórico que, com o extermínio de mais de 100 milhões de vidas humanas de nossos povos originários, impôs a dominação política, cultural, econômica e social que hoje segue negando os mais elementares direitos a nossos povos indígenas junto às grandes maiorias populares.

VII. DECISÕES

O III Encontro aprovou as recomendações do Grupo de Trabalho sobre a futura integração do mesmo, suas normativas e faculdades para assegurar o seguimento e execução das resoluções do Foro, assim como de sua representação e divulgação de seus objetivos e princípios nos diversos fóruns e eventos internacionais. Recebeu, além disso, um informe sobre os fóruns a que irão se realizar na Europa e América do Norte.

Os participantes deste III Encontro incumbiram o Grupo de Trabalho de promover as seguintes ações em cumprimento dos compromissos e tarefas políticas assumidas pelo Foro:

- 1) Divulgar, particularmente nas outras regiões do Sul, as posições políticas e econômicas expressadas em nossos trabalhos e eventos, promovendo o reconhecimento institucional do Foro e o estabelecimento de uma comunicação permanente com fóruns e instâncias análogas.
- 2) Enviar uma delegação de destacados dirigentes à celebração do 33o. Aniversário da Revolução Cubana e para transmitir ao Governo e povo cubano as decisões do Foro e fazer efetiva sua solidariedade com a defesa de Cuba.
- 3) Participar e promover ativamente os programas alternativos à celebração oficial do V Centenário. Chamamos a impugnar a celebração oficial dessa data e exaltar a resistência indígena, negra e popular, como parte do grande esforço libertador.
- 4) Convocar um Seminário sobre Educação Política e a Nova Relação Partidos Políticos-Movimentos Sociais, assegurando a presença de organismos sindicais e populares.
- 5) Designar uma delegação que dê seqüência ao processo de paz e busca de uma solução política negociada na que estão empenhados Governo e guerrilha e o conjunto da sociedade colombiana. Além disso, convocar uma Conferência de Solidariedade e pela solução política do conflito na Colômbia, cuja data e sede será determinada oportunamente.
- 6) Promover a conformação de delegações multinacionais e multipartidárias de forças participantes no Foro de São Paulo, para atuar ante diversos fóruns internacionais.
- 7) Promover a ação unitária dos parlamentários, dos partidos do Foro de São Paulo, nos parlamentos regionais, o Parlamento Latino-Americano e a União Interparlamentária Mundial.
- 8) Consultar a convocatória a um Seminário sobre a opressão de gênero, priorizando os seguintes temas: feminização da pobreza; reprodução humana; participação e representação da mulher; políticas públicas, democratização do Estado e da sociedade, assim como da cultura feminina.
- 9) Realizar seu IV Encontro em Havana, Cuba.

[http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=11&even=III%20Encontro%20-%20Manágua%20\(Nicarágua\)%20-%201992](http://200.155.6.3/site/temp_fsp/html/encontros_int02.asp?DescEvento=11&even=III%20Encontro%20-%20Manágua%20(Nicarágua)%20-%201992)

III ENCONTRO - MANAGUA (NICARÁGUA) - 1992

DECLARAÇÃO FINAL - ESPANHOL

Declaración de Managua

Del 16 al 19 de julio de 1992 tuvo lugar, en Managua, Nicaragua, el III Encuentro de los Movimientos y Partidos Políticos del Foro de São Paulo. El Frente Sandinista de Liberación Nacional fue anfitrión del Encuentro en el que participaron 61 organizaciones y partidos políticos provenientes de 17 países de América Latina y el Caribe, con un total de 122 delegados, 43 organizaciones y partidos que participaron en calidad de observadores, de los cuales 2 son de Africa, 9 de Asia, 21 de Europa y 11 de Estados Unidos y Canadá, con un total de 60 observadores que sumados a los 122 delegados hacen un gran total de 182 asistentes al evento.

I.- IMPORTANCIA Y FUTURO DEL FORO DE SÃO PAULO

Como lo revela este III Encuentro y el evidente reconocimiento internacional, el Foro de São Paulo ha demostrado servir de instancia de encuentro e intercambio entre las diferentes fuerzas democráticas de identidades nacionalista, populares y socialistas.

A 500 años de la invasión, conquista y colonización de América Latina, aspiramos no sólo a recoger cinco siglos de resistencia indígena, negra y popular, reafirmando el derecho de nuestros pueblos a la libertad, la soberanía, la justicia social y el desarrollo, sino que queremos, desde la organización autónoma de las mayorías trabajadoras y nacionales, desde el afianzamiento de nuestra identidad histórica y cultural y desde la acción combativa y creadora, forjar nuestro ingreso al Tercer Milenio.

Queremos, desde esta perspectiva saludar, en particular, la presencia de los observadores de otros continentes que consideran al Foro como una expresión viva de la determinación de los pueblos del Sur de hacer frente a un sistema global de opresión que se pretende perpetuar sobre las grandes mayorías del mundo.

El Foro evidencia la disposición de continuar la lucha por la definitiva liberación económica y política de América Latina y el Caribe, hoy amenazados por nuevos mecanismos de dominación y opresión imperialista. Reafirma la vigencia de la lucha por la liberación nacional, la justicia social y la democracia en toda su extensión y componentes que abarca, no sólo lo político sino también lo económico, social y cultural. Representa el rechazo de la gran mayoría de los latinoamericanos a la pretensión de identificar democracia con capitalismo, modernización con sumisión y renuncia al

desarrollo autónomo con justicia social.

De particular importancia es el compromiso asumido por los participantes en los Seminarios de Lima y de Managua, de institucionalizar y coordinar sus trabajos, suministrando al Foro y a todos los movimientos progresistas, el resultado de sus análisis y recomendaciones.

II.- OFENSIVA MULTIFACETICA DEL NORTE CONTRA LATINOAMERICA Y EL CARIBE

En Latinoamérica y El Caribe tiene lugar una ofensiva multifacética de parte del Norte para redoblar su dominación, modificando y ahondando las estructuras básicas del capitalismo dependiente, imponiendo políticas neo-liberales con el consiguiente deterioro de las condiciones de la vida del pueblo, recortes de sus derechos básicos, desnacionalización y apertura indiscriminada de los países al capital y a la producción mundial.

Juegan un papel clave en esta embestida contra los intereses populares los organismos financieros multinacionales controlados por los Estados Unidos y las grandes potencias imperialistas, como el FMI, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo; la instrumentalización de la injusta e impagable deuda externa y la conformación de bloques económicos y geopolíticos bajo control de las grandes potencias que pretenden someter a los países del Sur. De esta manera, en muchísimos casos, la política económica de nuestros países es determinada fuera de sus fronteras y sin participación alguna de nuestros pueblos.

Se agudiza una situación de dependencia en la cual, las sociedades del Sur no pueden reproducirse sin pasar por las decisiones del Norte. Los países que han vivido de la venta de los productos primarios enfrentan un fenómeno de "cuarta mundialización" que consiste en su creciente exclusión del proceso global de producción e intercambio.

Es importante señalar que, estos intentos de realizar un nuevo reparto del mundo entre los monopolios de las principales potencias, se desarrolla en medio de la agudización de los conflictos interimperialistas y de la crisis mundial, que los pueblos oprimidos y explotados del mundo deben aprovechar.

No obstante los factores externos que, en gran medida, causan la situación extremadamente grave que viven los pueblos de América Latina y el Caribe, no se puede minimizar, es necesario subrayar la alta responsabilidad de los elementos internos sobre esta situación. Sectores de la oligarquía y del gran capital transnacionalizado se empeñan en mantener los vínculos dependientes del Sur con el Norte, actuando como cómplices y beneficiarios de la imposición de "democracias controladas", para resguardar sus

intereses comunes y la hegemonización del poder a nivel local e internacional.

Este modelo promueve a su vez la transformación profunda de los Estados en un sentido anti-democrático, concentrando el poder en instituciones no elegibles ni sujetas al control social como los organismos de conducción económica, las Fuerzas Armadas represivas, excluyendo y marginando a las grandes mayorías nacionales de las principales decisiones económicas y políticas. En ese marco operan las distintas formas de adecuación de la Teoría y Práctica de Seguridad Nacional como elementos permanentes de autoritarismo que llevan a las Fuerzas Armadas a asumir un papel represivo, directo o latente, hacia los movimientos populares.

La ofensiva neoliberal se desarrolla también en el plano cultural e ideológico, apuntando a la disgregación de valores solidarios arraigados en nuestra sociedad, imponiendo un modelo individualista y competitivo que enfrenta unos a otros para sobrevivir. Se coarta así, cada vez más, la participación social y política de nuestro pueblo.

Los programas de ajuste estructural políticos y económicos, definidos e impuestos por la presión de organismos financieros multilaterales, lejos de asegurar un desarrollo social, solamente procuran crear mejores condiciones para la inserción dependiente y funcional a los intereses imperialistas de las economías y Estados del Sur al sistema hegemónico capitalista. Esas reformas y esa inserción conllevan la marginalización de las mayorías populares, capas medias y fuerzas de la cultura, la ampliación del desempleo y la reversión de conquistas sociales y una mayor concentración de la riqueza, especialmente por los monopolios y oligopolios.

A su vez, diversos foros y organizaciones mundiales y regionales son cada vez más hegemonizados por los Estados Unidos y las otras potencias capitalistas, para consolidar un orden mundial y regional, a la medida de sus intereses, pretendiendo legitimar el rol de gendarme internacional para EE.UU, principalmente por medio del consejo de Seguridad de la ONU. Todo esto se hace aprovechando los cambios en los países de Europa del Este y la pérdida del contrapeso geopolítico, así como también el debilitamiento de las instancias articuladoras de los países del Sur.

En Managua el Foro se abocó a la definición de pautas sobre las alternativas en materia de política económica, que puedan servir de puntos de referencias y de apoyo a las fuerzas políticas que en cada nación definen posiciones específicas. Para ello el Foro contó con el rico aporte de los Seminarios Talleres sobre Alternativas de Desarrollo e Integración en América Latina y El Caribe llevados a cabo en Lima, Perú del 26 al 29 de febrero de 1992, y en Managua del 13 al 15 de julio de 1992, en cumplimiento a la resolución del II Encuentro en México.

Los participantes en el Foro consideraron que los Seminarios Talleres pueden continuar

cumpliendo con su objetivo de analizar las experiencias de desarrollo e integración económica latinoamericana, ampliando la participación de nuevos enfoques alternativos desde la izquierda, abriendo el camino para enriquecer el análisis y la definición de propuestas populares concretas regionales, así como las que a nivel nacional lleven adelante los miembros del Foro.

III.- ELEMENTOS PARA LA DEFENSA DE LOS INTERESES POPULARES

La búsqueda de alternativas populares y revolucionarias tiene que conjugar la capacidad para promover la resistencia a la política neoliberal, con la creación de espacios de poder popular que afirme las tendencias a la recomposición de la capacidad de lucha del pueblo y la gestación de una cultura contrapuesta a la cultura de dominación.

Para América Latina y todas las fuerzas democráticas del mundo, tienen los siguientes elementos destacados en el debate sobre la base de los insumos preparados por los Seminarios Talleres:

1.- El proyecto neo-liberal propuesto para América Latina y el Caribe no admite enmienda, pues su mal radica en la naturaleza del injusto orden económico mundial que busca consolidar el modelo de sociedad que pretende imponer. Sólo la unidad amplia, en toda su diversidad, de todas las izquierdas y las fuerzas progresistas podrá lograr un cambio de meta más acorde con las exigencias de la justicia y de la paz.

2.- El contenido económico de una integración alternativa debe partir del interior de las sociedades, de la lucha destinada a superar las estructuras y modelos dominantes y a eliminar controles monopólicos y oligopólicos y, de la construcción de un desarrollo económico autónomo orientado, en primer lugar, a satisfacer las necesidades básicas de las mayorías, sustituyendo la actual alianza de los sectores transnacionalizados de la burguesía con el capital internacional, por una alianza entre todas las fuerzas interesadas en la promoción de proyectos nacionales para la construcción de la justicia social, la democracia y la liberación nacional.

3.- Hoy en día se puede afirmar que todo proceso de desarrollo económico genuino pasa por un cambio de sujetos sociales en el poder, por una justa distribución de la propiedad y la riqueza, por la creación de poderes de mayorías y por el fortalecimiento de la sociedad civil. Los espacios de participación hacia esas metas, deben ser abiertos, tanto desde la organización autónoma del pueblo como desde las instancias estatales, ampliando la influencia de las grandes mayorías populares. Las políticas sociales no pueden estar separadas de las políticas económicas porque las políticas económicas deben diseñarse para atender los problemas sociales. Es necesario modificar el carácter de la estructura productiva tradicional, o luchar por la vigencia de los cambios en los

países que sí lo han logrado, combatiendo las políticas, tanto las ortodoxas como las heterodoxas, de ajuste estructural y favoreciendo el desarrollo de las fuerzas productivas.

4.- Es necesaria una activa labor política dirigida a la organización autónoma de la población en sus diferentes estructuras y modalidades, partiendo desde la base hasta sus expresiones nacionales. Se debe enfrentar la estrategia neoliberal de debilitar la acción y el peso político del movimiento popular.

5.- Necesitamos de programas que contemplem de manera específica los mecanismos para garantizar la integración plena e igualitaria de la mujer en la sociedad, que reconozca la maternidad como función social y el trabajo doméstico como productor de riqueza. Programas con metas para la inclusión de las mujeres en la producción y apropiación de la riqueza material, cultural, política, tecnológica, intelectual de la sociedad y eliminación de relaciones sociales opresivas.

6.- Una alternativa genuinamente popular debe contemplar un programa democratizador que altere y reemplace instituciones elegibles y no elegibles, antidemocráticas y que, sobre nuevas bases constitucionales, posibilite crear y desarrollar una democracia integral: política, económica y social.

7.- Una alternativa popular tiene que prepararse para asumir responsabilidades económicas monopolizadas por sectores empresariales nacionales y extranjeros, que impiden el desarrollo más profundo de iniciativas favorables a las mayorías. En un nuevo marco estructural e institucional, personas y organizaciones populares tienen que asumir roles de dirección y gestión económicas, que faciliten las transformaciones requeridas. Es esencial para ello la información, la transparencia, el debate público y el desarrollo de formas de participación popular desde lo local a lo nacional. Estas formas de participación tendrán viabilidad solamente dentro de un proyecto de transformación global hacia una nueva sociedad.

8.- La participación popular en el diseño, dirección, gestión y fiscalización de las decisiones estratégicas, depende de la existencia de un proyecto claro de desarrollo nacional al cual se dirigen los esfuerzos de las partes.

Las suma de tareas microeconómicas, por muy autónomas y populares que sean, no constituyen por si solas una alternativa nacional.

9.- El Estado debe constituir un escenario de participación y de poder de decisión nacional, en tanto que está obligado a jugar un papel central regulador y promotor de la equidad social, sin abandonar la dirección de la economía a la llamada suprema voluntad del mercado, que no es más que la voluntad del gran capital nacional y extranjero y de

los organismos financieros multilaterales.

Se debe recoger la lucha de nuestros pueblos y naciones originarias, rompiendo con el sometimiento ancestral, a fin de crear las condiciones que permitan la construcción de sociedades y Estados plurinacionales. Se trata de un factor central para el desarrollo popular, lo que significa que no hay que permitir que los contenidos de la educación y de los medios de comunicación sean impuestos desde el exterior, ni reflejen, exclusivamente, intereses minoritarios locales.

Los movimientos populares y las fuerzas democráticas deben de fortalecer y modernizar sus propios medios de comunicación así como luchar por la democratización de los medios de comunicación social.

En América Latina y el Caribe, la autonomía de los pueblos indígenas y de los grupos étnicos, social y culturalmente estructurados, exige bases económicas propias y formas de representación políticas idóneas, como parte indispensable de todo proyecto de participación democrática. La lucha por la democracia en nuestro continente también debe expresar el reclamo del fin del colonialismo en América Latina y el Caribe y el respaldo al derecho de esos pueblos a su autodeterminación y plena independencia.

Los derechos de los inmigrantes latinoamericanos y caribeños en los Estados Unidos deben ser asumidos, en forma militante, por todos nuestros movimientos y partidos, procurando apoyar sus justas protestas y reivindicaciones articuladas a la rebeldía de las minorías negras y las luchas de otros sectores empobrecidos, reclamando con vigor el cese de la discriminación, la explotación, la exclusión y la represión que siguen acrecentándose.

IV.- LA INTEGRACION DE LOS PUEBLOS

La Iniciativa para las Américas y los Tratados de Libre Comercio, enmarcados en ella, pretendem hacer permanentes e inmutables las concesiones globales hoy exigidas por el capital extranjero.

Representan un atentado contra la democracia en Latinoamérica y el Caribe, pues otorgan aún mayor poder a empresas transnacionales para tomar decisiones que tienen mucho que ver con que los pueblos puedan tener educación, salud y otros servicios indispensables para mejorar la calidad de vida.

Estas políticas, sustentadas por sectores dominantes en cada país, generan graves procesos de desestructuración económica y desintegración de nuestras sociedades bloqueando las posibilidades de un desarrollo efectivo.

El esquema político y económico promovido por Estados Unidos supone una integración subordinada, que actualiza y subraya la necesidad de impulsar un proceso de integración entre los países de América Latina y el Caribe que corresponda a su visión, necesidades e intereses específicos. Este proceso debe estar basado en la solidaridad entre los pueblos: una integración "desde abajo", que favorezca la conformación de redes de intercambio de coordinación y complementación de políticas productivas, financieras y sociales a partir de las cuales un proceso de desarrollo e integración regional puede desplegarse.

Estamos convencidos que la lucha por la integración de los pueblos constituye un reto político, consistente en desarrollar un esfuerzo común para construir relaciones políticas democráticas, abarcando organizaciones a nivel local, nacional, subregional, regional y mundial con miras a construir un nuevo orden democrático en toda su globalidad.

Esa integración alternativa debe incluir un componente cultural capaz de responder a las reivindicaciones propias de diversos grupos de la sociedad: trabajadores urbanos y rurales, desempleados, pobladores, campesinos, mujeres, pueblos indígenas, etnias, religiosos, pequeños y medianos empresarios y todas las fuerzas económicas que pongan el interés nacional por encima de los intereses particulares.

Los partidos de izquierda deberán siempre mantener las más estrechas relaciones con estas organizaciones populares o de la sociedad civil, no para instrumentalizarlas pero sí para conocer bien sus exigencias y asumirlas en su lucha.

Debe ser un componente fundamental de un proyecto popular, una educación que asegure el desarrollo económico y social, profundice la democracia en tanto brinde los instrumentos para opciones conscientes, de real participación.

Un proyecto alternativo de integración debe ir más allá del marco meramente comercial liberalizador, que tiende a incrementar la vulnerabilidad de nuestras economías y la dependencia con el capital transnacional. Debe tener como objetivo de corto, mediano y largo plazo, una integración social, política y económica y una articulación dinámica de culturas, para lograr un desarrollo económico y social justo.

Los participantes en el Foro reafirmamos que todo proyecto alternativo o programa de acción político, debe tener en cuenta el papel nocivo que juega la política intervencionista de los Estados Unidos. Ese injerencismo históricamente ha tenido por objetivo resguardar las estructuras del capitalismo dependiente en la región, agrediendo todo proyecto político que no priorice los intereses económicos y geopolíticos de esa potencia.

El éxito de la integración de los pueblos puede ser seriamente comprometido por la manipulación de la deuda externa. Los bancos acreedores y organismos financieros

quieren hacer creer que, con los acuerdos hechos sobre la base del Plan Brady, estarían resueltos los problemas creados por la deuda externa. Nada más falso. El pago de la deuda externa sigue profundizando la miseria e imposibilitando las inversiones necesarias al crecimiento económico, progreso técnico y justicia social. La integración exigirá buscarse mecanismos propios de negociación conjunta como repuesta a la unidad de los acreedores.

V.- PREOCUPANTE "LEGITIMACION" DE LA POLITICA INTERVENCIONISTA

Alertamos al mundo sobre la peligrosidad que conllevan las más recientes manifestaciones de la intervención militar, amparadas y ocultas, en la lucha contra el narcotráfico y el terrorismo. Bajo ese pretexto Estados Unidos organiza campañas militares en la región andina a la vez que fortalece la capacidad represiva de las estructuras de seguridad y de espionaje en los países de nuestra región.

A la política de las cañoneras tradicionalmente empleada por los Estados Unidos contra nuestros pueblos, ahora se suma la legitimización de la misma a partir del fallo ilegal de la Corte Suprema de Justicia de los Estados Unidos el cual, junto a una serie de gestiones de extradición bajo presiones diversas, legitima el secuestro de quien el propio gobierno de Washington considere que ha cometido un delito. Unimos nuestra voz a las otras fuerzas defensoras del derecho, para denunciar este nuevo intento de imponer la ley del más fuerte en las relaciones internacionales, en flagrante violación de las soberanías nacionales y del derecho internacional. Demandamos la anulación de esa pretensión ilegítima por los organismos mundiales y regionales jurídicos competentes, así como la inmediata repatriación de los secuestrados.

La política agresiva y de creciente hostilidad del gobierno de los Estados Unidos contra el pueblo y gobierno de Cuba, incluyendo los nuevos intentos de ampliar el bloqueo económico contra esta nación soberana, constituye una afrenta a la soberanía latinoamericana y caribeña y una ofensa a la dignidad de sus pueblos. Frente a esto, afirmamos nuestro apoyo al derecho del pueblo y gobierno de Cuba a defender su determinación de llevar adelante la construcción del socialismo en su país. Nos comprometemos con la movilización de los pueblos de nuestra región y el mundo para contribuir a la defensa de esta hermana nación latinoamericana, exigiendo de parte de todos los gobiernos, no ceder a las presiones imperiales que pretendem obstaculizar los lazos de cooperación con Cuba, que sólo puede arrojar saldos positivos en términos materiales y morales.

VI.- ALTERNATIVAS Y EXIGENCIAS

En defensa de la soberanía de los pueblos y el derecho de autodeterminación e independencia, y de los derechos políticos, cívicos, económicos, sociales y culturales de

los hombres, mujeres, niños y pueblos enteros de nuestra América.

Llamamos a construir un nuevo orden económico y político internacional, distinto al que hoy se pretende imponer bajo el hegemonismo norteamericano y de las potencias capitalistas, que permita:

La democratización de los organismos multinacionales y en especial, las Naciones Unidas, revisando sus actuales normas orgánicas que permiten el abuso hegemónico del Consejo de Seguridad, organismo creado para resguardar la paz, foro ahora utilizado con el propósito de justificar recientes guerras ilegales de Estados Unidos;

Resolver definitivamente el grave problema de la deuda externa, que agobia a los países del Sur y los oprime, condonándola y logrando un flujo de recursos financieros positivos hacia ellos;

Modificar el actual régimen de intercambio desigual entre los países desarrollados y los del Sur, que impone a estos últimos un permanente y creciente drenaje de recursos;

Una total reorientación de las políticas y funciones del Fondo Monetario Internacional y del Banco Mundial, redefiniendo los mecanismos de toma de decisiones en ellas;

Políticas económicas y modelos de desarrollo que garanticen la preservación del medio ambiente, terminen con la devastación ecológica y vinculen la lucha por el medio ambiente con la lucha contra la pobreza;

El reconocimiento de la deuda ecológica que tienen los países del mundo capitalista desarrollado con los países del Sur;

La reorientación de gastos militares de las grandes potencias hacia el desarrollo del Sur, impulsando el desarme mundial;

La democratización de los mecanismos de información y comunicación mundial;

El respeto a la soberanía nacional y a los principios de no intervención, y de solución política de las diferencias entre naciones;

El impulso a la reforma jurídica internacional de acuerdo con las metas propuestas, en el contexto de la designación en Naciones Unidas de esta década como la Década del Derecho Internacional y la Paz, para la elaboración de proyectos de acuerdos y convenciones que garanticen que entramos al año 2000 con un sistema jurídico internacional a la altura de las exigencias de la justicia y de la paz;

El impulso a procesos de integración de los pueblos y naciones a niveles regionales y Sur-Sur como instrumentos de los países del Sur para fortalecer su inserción en la economía mundial.

El Foro de Sao Paulo demanda:

- 1) El cese inmediato del ilegal e inmoral bloqueo contra Cuba y la asistencia económica internacional masiva para lograr impedir que se sigan profundizando las nefastas consecuencias de más de treinta años de bloqueo. Asimismo la restitución del territorio de Guantánamo a Cuba.
- 2) La restitución de Jean Bertrand Aristide a la Presidencia de Haití y la plena aplicación de sanciones contra ese país hasta tanto su legítimo Presidente no regrese con los poderes que le corresponden. Damos nuestro apoyo a la propuesta de Aristide, de que las negociaciones se lleven a cabo en Haití y sin ningún tipo de intervención militar o amenaza de la misma.
- 3) El reestablecimiento pleno de los derechos democráticos cercenados en el Perú y la elección democrática de un Congreso Constituyente soberano, previo acuerdo de sus características y de la legislación electoral entre las fuerzas políticas y el régimen "de facto". Condenamos el golpe militar que impuso en el Perú un régimen dictatorial y militarizado con la participación activa de quien fuera electo 2 años atrás, Presidente Constitucional. Demandamos el cese del hostigamiento y represión contra organizaciones políticas, sociales y populares.
- 4) El fiel y oportuno cumplimiento por parte del Gobierno de El Salvador a los Acuerdos de Paz firmados con el Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional. Es de suma importancia proceder al inmediato cumplimiento de los acuerdos sobre el tema económico-social, particularmente lo referente a la transferencia de las tierras de las zonas conflictivas a sus actuales pobladores y trabajadores, lo mismo que superar el atraso en el funcionamiento del Foro para la concertación económica y social, pues se trata de acuerdos claves para crear nuevas opciones de desarrollo para los sectores populares.
- 5) La agilización del proceso negociador en Guatemala, tomando en cuenta que no habrá paz en Centroamérica sin paz en Guatemala y que, la propuesta de la URNG denominada "Por una paz justa y democrática: Contenido de la Negociación" constituye una propuesta viable para lograr una solución política al conflicto armado.
- 6) El Foro demanda el cese inmediato de toda injerencia e intromisión de los Estados Unidos en los asuntos internos de Nicaragua, así como el fin de las presiones y chantaje

que pretendem condicionar el futuro político de esa nación y revertir las conquistas de la Revolución Popular Sandinista.

En este sentido denunció el congelamiento de fondos ya aprobados, pretendiendo ignorar u olvidar que esas asignaciones representan miserables migajas de lo que tendrían que entregar, pues la Corte Internacional de Justicia de La Haya ordenó a los Estados Unidos pagar a Nicaragua los daños ocasionados por la guerra.

7) El desconocimiento al gobierno ilegítimo impuesto en Panamá por la invasión de los Estados Unidos, el retiro de todas las tropas estadounidenses de ese país y el respeto pleno a los tratados Torrijos-Carter.

8) El respeto al derecho del hermano pueblo latinoamericano de Puerto Rico a la libre determinación y a la independencia, así como el cierre de las bases militares en esa nación.

9) La restitución a la República Argentina de las Islas Malvinas y demás enclaves coloniales ingleses en el Atlántico Sur, al mismo tiempo, el inmediato desmantelamiento de las bases militares instaladas por el Reino Unido de la Gran Bretaña, como el cese de la explotación económica de los recursos naturales del mar adjacente y de toda restricción aplicada en la zona a la República Argentina.

10) La total erradicación del colonialismo en el Caribe y la eliminación de las bases militares extranjeras en esa región, para hacer realidad el derecho a la autodeterminación y independencia de los países y territorios que aún sufren dominación colonial en América Latina y el Caribe.

11) La continuidad del proceso de negociación, para una solución política y no militar, al conflicto interno colombiano y la reanudación pronta del diálogo entre el gobierno y la Coordinadora Simón Bolívar.

12) El cierre de las bases militares de los EE.UU. en Honduras.

El Foro constata que no ha habido avances en el panorama político y democrático en la inmensa mayoría de los países de la región, cuya situación fue adecuadamente caracterizada el pasado año en la Ciudad de México. En algunos países, subsisten regímenes autoritarios que para aplicar las políticas neoliberales y facilitar la impunidad, el abuso y la corrupción de los gobernantes, se niegan a impulsar la transición a la democracia, a respetar el voto ciudadano y comprometerse en la formación de auténticos sistemas de partidos políticos regidos por la competencia en condiciones de igualdad y por la posibilidad real de la alternancia en el gobierno.

Exige por lo tanto, el cese inmediato inequívoco de los mecanismos y fraudes electorales, de la extensión de prácticas penales y corruptas, la represión a los sindicatos y organizaciones sociales independientes, del control de la prensa y los medios de comunicación para limitar los alcances de las transformaciones sociales y manipular los anhelos democratizadores de la sociedad.

Creemos que existe hoy la posibilidad y la necesidad de construir nuevos puentes de entendimiento y fórmulas de acción conjunta entre las fuerzas democráticas del Sur y del Norte, ambas víctimas del mismo sistema global neoliberal. La existencia de opresión y desempleo creciente, las crisis fiscales y la afectación de servicios sociales, el surgimiento de tendencias racistas y derechistas, la amenaza ecológica, el fortalecimiento del poder y autonomía de las comunidades, la autogobernación, la igualdad de género y racial, son elementos comunes a las plataformas políticas de organizaciones, movimientos y partidos democráticos tanto del Sur como del Norte.

Consideramos imprescindible impulsar la creación de un frente común de negociación latinoamericano frente a las grandes potencias y bloques. Demandamos a los Jefes de Estado y de Gobierno, en ocasión de la cumbre en Madrid, la necesidad imperiosa de asumir este reto sobre una base unitaria sin injerencia externa alguna.

También es necesario retomar los esfuerzos realizados en la década pasada, para analizar la creciente concentración de los medios de comunicación en manos de cada vez menos empresas y el creciente predominio norteamericano en la difusión de noticias.

Próximo al Quinto Centenario del llamado descubrimiento de América y del consiguiente inicio de la resistencia indígena, negra popular, los participantes en el Foro invitan a los pueblos del Mundo a asumir las luchas de nuestros pueblos originarios, a partir de una reflexión sobre este acontecimiento histórico que, con el exterminio de más de 100 millones de vidas humanas de nuestros pueblos originarios, impuso el sojuzgamiento político, cultural, económico y social que hoy sigue negando los más elementales derechos a nuestros pueblos indígenas junto a las grandes mayorías populares.

VII.- DECISIONES

El III Encuentro aprobó las recomendaciones del Grupo de Trabajo sobre la futura integración del mismo, sus normativas y facultades para asegurar el seguimiento y ejecución de las resoluciones del Foro, así como de su representación y divulgación de sus objetivos y principios en los diversos foros y eventos internacionales. Se recibió, asimismo, un informe sobre los foros a realizarse en Europa y Norteamérica.

Los participantes en este III Encuentro encomendaron al Grupo de Trabajo llevar a cabo

Las siguientes acciones en cumplimiento de los compromisos y tareas políticas asumidas por el Foro:

- 1) Dar a conocer, particularmente a nivel de las otras regiones del Sur, las posiciones políticas y económicas expresadas en nuestros trabajos y eventos, promoviendo el reconocimiento institucional del Foro y el establecimiento de una comunicación permanente con foros e instancias análogas.
- 2) Enviar una delegación de destacados dirigentes a la celebración del 33 Aniversario de la Revolución Cubana y para transmitir al gobierno y pueblo cubano las decisiones del Foro y hacer efectiva su solidaridad con la defensa de Cuba.
- 3) Participar y promover activamente los programas alternativos a la celebración oficial del V Centenario. Llamamos a impugnar la celebración oficial de esa fecha, y exaltar la resistencia indígena, negra y popular, como parte del gran esfuerzo liberador.
- 4) Convocar un Seminario-Taller sobre Educación Política y la Nueva Relación Partidos Políticos-Movimientos Sociales, asegurando la presencia de organismos sindicales y populares.
- 5) Designar una delegación que de seguimiento al proceso de Paz y búsqueda de una solución política negociada en la que están empeñados gobierno y guerrilla y el conjunto de la sociedad colombiana. Asimismo, convocar a una Conferencia de Solidaridad y por la Solución Política del conflicto en Colombia, cuya fecha y sede será determinada oportunamente.
- 6) Promover la conformación de delegaciones multinacionales y multipartidarias de fuerzas participantes en el Foro de São Paulo, para actuar ante diversos foros internacionales.
- 7) Promover la acción unitaria de los parlamentarios, de los partidos del Foro de São Paulo, en los parlamentos regionales, el Parlamento Latinoamericano y la Unión Interparlamentaria Mundial.
- 8) Consultar la convocatoria a un Seminario-Taller sobre la opresión de género, priorizando los siguientes temas: feminización de la pobreza; reproducción humana; participación y representación de la mujer; políticas públicas, democratización del Estado y de la sociedad, así como de cultura femenina.
- 9) Realizar su IV Encuentro en La Habana, Cuba.